26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento

ANÁLISE CRÍTICA DE ASPECTOS ÉTICOS E CULTURAIS EM POLÍTICAS DE INDEXAÇÃO

A CRITICAL ANALYSE OF THE ETHICAL AND CULTURAL ASPECTS OF INDEXING POLICIES

Leonardo Borges Rodrigues Chagas – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Hugo Avelar Cardoso Pires – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Maria Aparecida Moura – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O artigo analisa a incorporação de garantias ética e cultural nas políticas de indexação, com o objetivo de identificar lacunas e potencialidades na construção de representações sensíveis à diversidade cultural, especialmente no que se refere às temáticas de grupos historicamente marginalizados. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa, de natureza documental, utilizando a Análise de Discurso Crítica, conforme o modelo tridimensional de Norman Fairclough. O *corpus* é composto por cinco políticas de bibliotecas universitárias, examinadas a partir de suas escolhas lexicais, princípios adotados e formas de legitimação do discurso organizador. A análise dos documentos evidencia que as políticas são orientadas pelos pressupostos da neutralidade técnica, da padronização, do controle terminológico e da eficiência dos sistemas de recuperação da informação. Essa orientação é importante, mas não responde aos desafios éticos e culturais implicados na representação temática. Elementos que indicariam uma preocupação com os aspectos relacionados à diversidade cultural, aos vieses, apagamentos e demais efeitos sociais da representação temática permanecem pouco problematizados nos documentos. Considera-se que uma política de indexação sensível à diversidade da comunidade universitária precisa ampliar seus sistemas de garantias, assumindo compromisso ético e crítico no processo de representação temática.
Palavras-chave: indexação; política de indexação; representação da informação; garantia cultural; garantia ética.

Abstract: This article analyzes the incorporation of ethical and cultural warrant into indexing policies, with the aim of identifying gaps and opportunities in the construction of representations that are sensitive to cultural diversity, particularly with regard to issues affecting historically marginalized groups. Methodologically, a qualitative, documentary approach is adopted, utilizing Critical Discourse Analysis based on Norman Fairclough's three-dimensional model. The corpus consists of five university library policies, examined based on

their lexical choices, adopted principles, and forms of legitimization of the organizing discourse. Analysis of the documents reveals that the policies are guided by the assumptions of technical neutrality, standardization, terminological control, and the efficiency of information retrieval systems. This orientation is important but does not address the ethical and cultural challenges involved in thematic representation. Elements that would indicate a concern with aspects related to cultural diversity, biases, erasures, and other social effects of subject representation remain largely unaddressed in the documents. It is considered that an indexing policy sensitive to the diversity of the university community needs to expand its safeguards, assuming an ethical and critical commitment in the process of subject representation.
Keywords: indexing; indexing police; representation of information; cultural warrant; ethical warrant.

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas universitárias constituem unidades de informação (físicas e/ou virtuais) vinculadas às instituições de ensino superior (IES), cuja missão envolve a produção, organização, mediação e circulação do conhecimento científico, cultural e tecnológico. Nesse contexto, elas desempenham um papel central na mediação do acesso à produção intelectual que circula e impulsiona a produção do conhecimento no âmbito das universidades.

Para orientar as atividades desenvolvidas nessas unidades de informação, diferentes instrumentos normativos e técnicos são mobilizados, dentre os quais se destacam as políticas de indexação. Esses documentos institucionais estabelecem as diretrizes para representação temática da informação, definindo princípios e critérios que orientam a prática de indexação nesses espaços.

A representação temática ou indexação pode ser definida como o ato de atribuir palavras a um recurso informacional. Tais palavras buscam representar o assunto desses recursos, condensando, em termos previamente definidos, seus conteúdos temáticos. Esse processo pode ser realizado com o auxílio de uma linguagem de indexação[1] ou utilizando linguagem natural. No caso da utilização de linguagens de indexação, estas possuem duas funções importantes no processo de recuperação da informação: de conteúdo e de uso. A primeira diz respeito aos conceitos identificados e selecionados no momento da análise de assunto para a representação. Já a segunda, se relaciona à representação das perguntas

[1] Embora a literatura de organização do conhecimento apresente diferentes denominações para os instrumentos de representação do conhecimento, neste artigo optou-se pelo emprego de “linguagem de indexação”, por considerar que essa expressão atende de forma mais direta ao enfoque adotado na pesquisa. Contudo, outras expressões, como “linguagens documentárias” e “sistemas de organização do conhecimento”, poderão ser utilizadas quando corresponderem à terminologia empregada pelos autores citados.

formuladas pelos usuários, por meio dos termos da linguagem adotada pelo sistema para a estratégia de busca.

Trata-se de um processo fundamental para a recuperação da informação, não se constituindo como algo puramente técnico ou neutro. Pelo contrário, a indexação se configura como prática social atravessada por relações de saber-poder, na qual as escolhas de determinada linguagem e a atribuição de determinados termos refletem escolhas institucionais, políticas e ideológicas.

Considerando o conceito foucaultiano de dispositivo, os instrumentos de organização da informação e do conhecimento, incluídas aqui as linguagens de indexação, podem ser vistos como dispositivos de poder-saber. Nessa perspectiva, os produtos da indexação podem tanto contribuir para a visibilidade quanto para a invisibilidade de determinados temas, sujeitos e grupos sociais, além de reproduzir ou tensionar vieses presentes nas estruturas conceituais.

Diante desse cenário, a literatura de Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) tem apresentado diferentes abordagens para enfrentar esses desafios, com destaque para os sistemas de garantias que orientam a construção e manutenção dos sistemas de organização do conhecimento. Entre essas garantias, destacam-se as garantias ética e cultural, que buscam incorporar a diversidade de perspectivas e assegurar representações mais justas e contextualizadas. Nesse sentido, este estudo se guia pela seguinte pergunta de pesquisa: de que modo as garantias ética e cultural são incorporadas às políticas de indexação de bibliotecas universitárias? Para tal, o objetivo geral da pesquisa é analisar a incorporação das garantias ética e cultural nas políticas de indexação de bibliotecas universitárias, buscando identificar lacunas e potencialidades na construção de representações sensíveis à diversidade cultural, especialmente no que se refere às temáticas de grupos historicamente marginalizados.

2 INDEXAÇÃO

No contexto da organização do conhecimento (OC), a indexação constitui um dos processos de representação temática da informação, inserido no tratamento temático de recursos informacionais. Trata-se de uma atividade voltada à análise do conteúdo documental, à identificação e seleção de conceitos que representam esse conteúdo e à tradução desses conceitos em termos de uma linguagem de indexação, com vista à recuperação temática da informação em um determinado sistema de recuperação da informação (SRI).

A NBR 12676 (1992, p. 2) define indexação como o "ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação". A referida Norma estabelece três estágios para o processo de indexação: "a) exame do documento e estabelecimento do assunto de seu conteúdo; b) identificação dos conceitos atribuídos no assunto; c) tradução desses conceitos nos termos de uma linguagem de indexação".

A literatura de BCI nomeia e organiza as etapas de indexação de diferentes formas. A NBR 12676 (1992) e Frederick Lancaster (2004)[2], por exemplo, compreendem o processo em três estágios: exame do documento, identificação dos conceitos e tradução desses conceitos em termos de indexação. Mariângela Fujita (2012), por sua vez, sintetiza esse processo em duas etapas: análise de assunto e representação de conceitos. Embora haja diferenças de nomeação e/ou organização dessas etapas, pode-se dizer que o processo de indexação comporta uma dimensão analítica e uma dimensão representacional. A dimensão analítica refere-se ao exame do documento, à identificação de seu conteúdo e seleção de conceitos. A dimensão representacional, por sua vez, diz respeito à tradução desses conceitos em termos de uma linguagem de indexação.

Isidoro Leiva (2012) observa que a literatura apresenta diferentes vocábulos e práticas de indexação, o que demonstra a complexidade conceitual e operacional desse processo. Para este autor, considerando a literatura da área, as diferentes maneiras que a pessoa indexadora lida com a indexação pode ser agrupado em três correntes: indexação centrada no documento, indexação centrado no usuário e indexação centrada no domínio. Na primeira, busca-se uma descrição precisa e fiel ao documento; na segunda, considera-se o conhecimento sobre os usuários e suas possíveis necessidades de informação e na terceira considera-se também o conhecimento do domínio (Leiva, 2012).

A compreensão da indexação como processo analítico, representacional e situado permite reconhecer que esse processo não depende apenas da atuação individual do indexador, mas também de decisões institucionais previamente definidas. Questões como cobertura temática, escolha da linguagem, princípios de garantias, níveis de especificidade e exaustividade, capacidade de precisão e revocação, entre outros elementos característicos,

[2] Optou-se por apresentar sempre o primeiro nome das autorias quando citadas de forma indireta, destacando e dando visibilidade a autores e autoras que serviram de embasamento bibliográfico para a construção deste trabalho.

exigem diretrizes comuns para assegurar consistência e qualidade no processo da indexação. Por isso, a política de indexação apresenta-se como elemento necessário para orientar, sistematizar e justificar decisões envolvidas nesses processos.

2.1 POLÍTICA DE INDEXAÇÃO

Por política de indexação compreende-se um conjunto de acordos e decisões relativas às atividades de organização, representação e recuperação de informação em uma Unidade de Informação. De acordo com o Dicionário Histórico de Biblioteconomia e Arquivologia, a política de indexação corresponde a um conjunto de diretrizes que orienta o tratamento temático da informação, contemplando decisões sobre campos e tipos de documentos a serem indexados, nível de análise documental e ações voltadas à melhoria da recuperação da informação (Cunha; Santos, 2025).

Mariângela Fujita (2012) define a política de indexação como um conjunto de decisões que devem buscar esclarecer os interesses e objetivos de um sistema de informação, sobretudo no que tange ao sistema de recuperação da informação, não sendo meramente uma lista de procedimentos a serem seguidos.

O estabelecimento de parâmetros para a descrição dos materiais é fundamental para que a recuperação seja eficiente. No caso da descrição física, ela é feita, na maioria das bibliotecas, de acordo com os códigos de catalogação adotados pelas instituições – AACR2, RDA, LRM, entre outros. Já na descrição temática, devem ser observados critérios que orientam a representação e a recuperação da informação, tais como a definição do tipo de linguagem a ser empregada (natural ou controlada), quais serão utilizadas, o número de termos atribuídos aos documentos, a especificidade a ser adotada, entre outros aspectos relacionados ao tratamento temático da informação.

No caso de bibliotecas que fazem parte de Sistemas de Bibliotecas, a adoção de uma política torna-se ainda mais relevante, pois contribui para a uniformidade dos processos de representação temática realizados pelas diferentes unidades, favorecendo a recuperação eficiente da informação. Nesse sentido, critérios, princípios e variáveis devem ser definidos de forma articulada, a fim de orientar a tomada de decisão e garantir maior consistência aos processos de indexação (Carneiro, 1985; Fujita, 2012). Desse modo, uma política de indexação bem definida favorece tanto o tratamento temático quanto a recuperação da informação.

Quanto às linguagens documentárias utilizadas na indexação, Cristina Narukawa e Rodrigo Sales (2012) as compreendem como instrumentos intermediários que permitem representar, por meio de termos controlados, as informações identificadas e selecionadas na análise documental. Essas linguagens também auxiliam na formulação das necessidades informacionais dos usuários em termos de busca, mediando tanto a representação dos conteúdos documentais quanto sua recuperação. Contudo, para além de sua função técnico-operacional, Maria Aparecida Moura (2018) enfatiza que tais instrumentos também participam do controle de discursos, da manutenção de determinadas estruturas de poder e da circulação de discursos hegemônicos, autoritários e regulatórios.

Dessa forma, o processo de indexação e os seus instrumentos envolvem relações de poder, escolhas terminológicas e formas de legitimação do conhecimento. Por isso, a política de indexação deve explicitar os princípios e fundamentos que orientam a representação temática nas unidades de informação, especialmente no que se refere aos sistemas de garantias que serão acionadas para fundamentar as decisões terminológicas, conceituais e estruturais nesses processos.

3 SISTEMAS DE GARANTIAS

No contexto da organização do conhecimento (OC), as garantias constituem princípios que fundamentam e orientam as práticas de organização e representação do conhecimento registrado, tais como garantia literária, garantia filosófica, garantia de uso/usuário, garantia organizacional, garantia cultural, garantia ética, entre outras (Barité, 2011, 2018, 2019; Guedes; Moura, 2016).

Em linguagens de indexação, as garantias constituem pactos de significação sustentados por referenciais culturais, éticos, políticos e de gênero, dentre outros, os quais legitimam as decisões envolvidas nos processos de seleção, organização, representação e avaliação dos termos incorporados aos sistemas de organização do conhecimento.

Historicamente, a garantia literária tem sido utilizada como ponto de partida nesses processos. Mario Barité (2018) informa que Hulme introduziu a ideia de garantia literária, no início do século XX, ao defender a literatura de especialidade como fonte principal para extração, seleção e validação de termos utilizados na representação temática da informação.

Nessa perspetiva, a garantia literária atribui centralidade aos documentos efetivamente produzidos em um determinado domínio. Entretanto, a ocorrência de termos na literatura

especializada não garante, por si só, representações semanticamente adequadas, justas ou culturalmente sensíveis. O uso isolado da literatura de especialidade impõe uma visão particular do mundo como sendo de caráter universal. Além disso, o uso acrítico desse princípio implicou vieses nos esquemas de representação conforme apontado por diferentes autores (Barité, 2011, 2018; Guimarães; Milani; Evangelista, 2015; Milani, 2014).

Por isso, diversos teóricos defendem uma perspectiva mais reflexiva para melhorar o desempenho e a qualidade nos processos de organização do conhecimento registrado. Nesse contexto, destacam-se as garantias cultural e ética, tendo em vista a observância de particularidades, especificidades e condições epistemológicas dos domínios representados. No caso da garantia cultural, ela emerge justamente da constatação de que os processos e os produtos da OC não são neutros e nem exteriores à cultura (Barité, 2011). Ao contrário, são processos e produtos atravessados por relações de poder e condicionados por contextos diversos.

A garantia cultural refere-se ao reconhecimento das particularidades socioculturais de uma determinada cultura que orienta os processos de organização e representação do conhecimento (Barité, 2011). Para este autor, esse princípio orienta a garantia literária para formas locais de organização e representação do conhecimento, contribuindo para a construção de instrumentos de representação sensíveis às particularidades socioculturais dos domínios, dos usuários e das comunidades representadas. Nesse contexto, a garantia cultural também deve contribuir para evitar terminologias discriminatórias, sexistas ou pejorativas.

A garantia ética, por sua vez, aprofunda esse entendimento ao explicitar os princípios éticos que devem ser observados no processo de organização e representação do conhecimento. Clare Beghtol (2002) introduz esse conceito ao propor uma garantia ética para os sistemas globais de organização e representação do conhecimento, partindo do entendimento de que a diversidade cultural precisa ser reconhecida, protegida e respeitada. Nesse sentido, a garantia ética orienta as práticas da OC, servindo como bússola para a tomada de decisões eticamente embasadas.

A literatura brasileira sobre ética em OC destaca que a atuação dos profissionais da informação ocorre em meio à tensão entre a não neutralidade dos processos de OC e o compromisso ético de atender às necessidades de usuários culturalmente diversos (Guimarães; Milani; Evangelista, 2015). Esses dilemas tensionam e desafiam os profissionais da informação.

Suellen Milani (2014, p. 22) destaca um conjunto de problemas éticos recorrentes na organização e representação do conhecimento, tais como preconceitos e/ou discriminações, categorizações dicotômicas que podem reforçar proselitismos, polissemias, entre outros. Nesse contexto, o princípio da garantia ética corresponde a uma abordagem voltada à mitigação de violências representacionais e assimetrias epistêmicas nos processos de representação do conhecimento, implicando uma atuação crítica e consciente por parte dos profissionais da informação.

Considerando Clare Beghtol (2002), José Guimarães e Fabio Pinho (2007), Mario Barité (2011, 2018) e Suellen Milani (2014), pode-se dizer que as garantias cultural e ética são dimensões complementares, pois enquanto a garantia cultural enfatiza a observância dos aspectos socioculturais, históricos e comunitários que atravessam os domínios representados, a garantia ética problematiza criticamente os efeitos das escolhas terminológicas e representacionais sobre sujeitos, grupos e comunidades. Nesse sentido, a garantia cultural contribui para situar culturalmente os SOCs e os sistemas de informação de um modo geral, ao reconhecer que os termos, conceitos e suas relações são produzidos em contextos sociais específicos. A garantia ética, por sua vez, orienta a construção, o uso, a avaliação e atualização desses sistemas considerando os princípios de respeito, responsabilidade, não discriminação e justiça representacional.

No contexto das políticas de indexação, essa articulação é especialmente relevante, pois permite explicitar os fundamentos que orientam os processos de representação temática para além de uma perspectiva técnica, reconhecendo que a indexação é um processo intelectual, cultural e eticamente comprometido.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo exploratório de abordagem qualitativa, desenvolvido por meio de pesquisa documental e análise comparativa de cinco políticas de indexação. A seleção dos documentos, de caráter intencional e não exaustivo, considerou como critério a existência de políticas formalizadas, sua disponibilidade para consulta em página institucional e sua abrangência em sistema de bibliotecas universitárias. A partir desses critérios, selecionou-se uma política de cada região geográfica do país[3], buscando contemplar a diversidade regional na

[3] Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

composição do *corpus*: Política para indexação de acervo do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas (SB-UFAM); Política de indexação do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará (SB-UFC); Manual de política de indexação para as bibliotecas da Universidade Federal de Goiás (SB-UFG); Manual de política de indexação para as bibliotecas universitárias da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho (BU-UNESP); Política de representação temática do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná (SIBI-UFPR).

As políticas selecionadas foram analisadas com base no modelo tridimensional da Análise de Discurso Crítica (ADC) de Norman Fairclough (2016)[4]. A ADC constitui uma abordagem teórico-metodológica transdisciplinar que investiga as relações entre discurso, sociedade e poder, considerando o discurso como elemento constitutivo das práticas sociais e relacionado a processos de manutenção e/ou transformação das estruturas sociais. Nesse contexto, as políticas de indexação podem ser compreendidas como eventos discursivos nos quais determinadas concepções, valores e orientações relacionadas à organização e representação do conhecimento adquirem materialidade textual[5].

No modelo tridimensional de Fairclough (2016), o discurso é analisado a partir de três dimensões interdependentes: análise textual, análise da prática discursiva e análise da prática social. A análise textual compreende a descrição e se organiza em quatro itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. A análise da prática discursiva e da prática social compreende, respectivamente, a interpretação e a explicação. Na prática discursiva, verifica-se o contexto de produção, distribuição e consumo dos textos, bem como a coerência e a intertextualidade dos enunciados. Na prática social, verificam-se as orientações hegemônicas e ideológicas. O Quadro 1 apresenta a operacionalização desse modelo:

Quadro 1 – Síntese das categorias utilizadas

DIMENSÃO		**INDICADORES**
TEXTUAL	Escolhas lexicais, formas de nomeação, pressupostos e marcas textuais relacionadas aos princípios de garantias, às questões éticas e culturais e à	"garantia literária", "garantias cultural", "garantia ética", "usuário", "comunidade", "diversidade cultural", "inclusão, "responsabilidade social", "reparação", "marginalização", entre

[4] Norman Fairclough é um linguista britânico reconhecido como um dos principais expoentes dos estudos críticos do discurso. Sua Teoria Social do Discurso (TSD) propõe uma abordagem dialética da relação entre discurso e sociedade, compreendendo o discurso como prática social.

[5] Para a ADC, o texto constitui o elemento semiótico no qual o discurso se materializa, seja na forma oral, escrita, visual ou multimodal.

	suposta “neutralidade técnica.	outros termos que indique preocupações de caráter ético e cultural.
PRÁTICA DISCUSIVA	Contexto de produção, distribuição e consumo, bem como suas relações de intertextualidade e interdiscursividade.	Autoria, finalidade, público-alvo, referências utilizadas e quais discursos da OC são mobilizados.
PRÁTICA SOCIAL	Relação entre as políticas de indexação e a organização do conhecimento, observando como as garantias são mobilizadas.	Ideologia: concepções naturalizadas sobre indexação, neutralidade técnica, centralidade da garantia literária, autoridade epistêmica e universalidade; Hegemonia: reprodução ou tensionamento de padrões hegemônicos da organização do conhecimento e presença de orientações voltadas à representações mais justas, inclusivas e culturalmente situadas

Fonte: elaboração própria (2026)

A dimensão textual orienta a identificação de termos, categorias, recorrências e silenciamentos relacionados às garantias literária, ética e cultural. A dimensão da prática discursiva permite observar os modos de produção, legitimação e utilização desses documentos, bem como as fontes de autorização que são mobilizadas. Por fim, a dimensão da prática social possibilita compreender como essas políticas se relacionam com estruturas mais amplas da organização do conhecimento, especialmente no que se refere à centralidade da garantia literária, à crença da neutralidade técnica e aos possíveis efeitos na representação de grupos historicamente discriminados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação do modelo tridimensional de Fairclough (2016) permitiu observar como os sistemas de garantias são mobilizados, tensionados e/ou silenciados nos documentos. O detalhamento da análise de cada políticas encontra-se no Apêndice A.

Conforme a análise dos documentos, a garantia literária é o princípio mais recorrente nos textos analisados. Ela aparece de forma explícita nas políticas da UFC, UFG e UNESP, que utilizam a expressão "garantia literária” nos processos de indexação. Os documentos da UFAM

e da UFPR não utilizam a expressão, mas seus fundamentos aparecem implicitamente na orientação de extrair termos a partir da literatura representada. Nesse sentido, as políticas, direta ou indiretamente, apresentam a literatura como fonte legitimadora das escolhas dos descritores e mobilizam autores clássicos e contemporâneos para fundamentar as práticas de indexação.

Em relação às garantias cultural e ética, princípios problematizados neste estudo, não foram mobilizados de forma expressa. Nenhum dos documentos analisados utiliza as expressões "garantia cultural" ou "garantia ética" como fundamento da política de indexação. No que diz respeito à garantia cultural, por exemplo, os documentos apresentam alguns elementos que podem ser lidos como aproximações indiretas, especialmente quando mencionam as especificidades das bibliotecas e a observância da comunidade de usuários. A UFG, por exemplo, prevê as peculiaridades das bibliotecas condicionadas a estudos de usuários. Esses elementos são importantes, mas estão mais direcionados para uma garantia de uso e adequação institucional, do que propriamente uma concepção crítica voltada à diversidade sociocultural.

Em relação à garantia ética, os documentos também apresentam alguns elementos relacionados às questões éticas, especialmente associados à responsabilidade profissional, imparcialidade, fidelidade ao conteúdo e atualização de termos, mas nenhum apresenta mecanismos para prevenção ou correção de vieses, estigmas ou assimetrias representacionais de grupos historicamente marginalizados. A política da UFC é o documento que mais se aproxima de uma preocupação ética voltada para valorização e respeito à diversidade ao enfatizar os valores institucionais do SB-UFC, mas não mostra claramente como esses valores institucionais se traduzem em critérios específicos de indexação.

De modo geral, a análise dos documentos evidencia que as políticas são fortemente orientadas pelos pressupostos da neutralidade técnica e normativa de representação temática. Predominam as preocupações com a padronização, consistência, controle terminológico, uniformização das práticas e eficiência dos sistemas de busca. Embora tais elementos sejam fundamentais para a qualidade da indexação, observa-se que as políticas analisadas não incorporam, de forma explícita e/ou estruturante, os princípios de garantia ética e cultural. Desse modo, elementos que indicariam uma preocupação com a diversidade cultural, os vieses, apagamentos e demais efeitos sociais da representação temática permanecem pouco problematizados nos documentos. A ausência de diretrizes explícitas sobre garantia ética e

cultural tende a limitar a atuação crítica na identificação e mitigação de vieses, apagamentos e assimetrias representacionais nos catálogos das bibliotecas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de indexação e os instrumentos que os apoiam resultam de práticas atravessadas por relações de poder, escolhas terminológicas e formas de legitimação do conhecimento. Nesse contexto, a incorporação das garantias ética e cultural torna-se relevante para problematizar os efeitos sociais da representação temática da informação.

Por meio da análise realizada neste trabalho, buscou-se identificar como cinco políticas de indexação, de cinco universidades brasileiras, trabalham as garantias literária, cultural e ética. A análise, conduzida a partir da Análise Crítica do Discurso (ADC), demonstrou que os sistemas de bibliotecas, na definição das suas políticas de indexação, conferem maior centralidade à garantia literária. Quanto às garantias ética e cultural, observa-se que esses princípios não são trabalhados como elemento estruturantes das políticas analisadas, o que limita a problematização de vieses, apagamentos e assimetrias representacionais nos processos da indexação.

Perspectivas críticas de organização do conhecimento têm problematizado que a representação temática da informação não se reduz a uma atividade técnica, operacional e aparentemente neutra. A imparcialidade, tão destacada em algumas políticas, não pode ser compreendida como ausência plena de posicionamento, uma vez que os processos de indexação são realizados por sujeitos situados histórica, social e culturalmente. Assim, para além da garantia literária, torna-se necessário incorporar os princípios de garantia ética e cultural como dimensões fundamentais no tratamento temático da informação. Essa ampliação permite compreender que a representação temática pode (e deve) assumir compromisso crítico com a redução de vieses, estigmas e assimetrias representacionais de grupos historicamente marginalizados.

REFERÊNCIAS

BARITÉ, Mario. Towards a general conception of warrants: first notes. **Knowledge Organization**, [*s. l.*], v. 46, n. 8, p. 647-655, 2019. Disponível em: https://www.imrpress.com/journal/KO/46/8/10.5771/0943-7444-2019-8-647. Acesso em: 24 mar. 2026.

BARITÉ, Mario. La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento: aproximación crítica. **Palabra Clave** (La Plata), v. 1, n. 1, p. 2-11, 2011. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/60772. Acesso em: 24 mar. 2026.

BARITÉ, Mario. "Literary warrant". **ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization**, v. 45, n. 6, p. 517-536, 2018. Disponível em: http://www.isko.org/cyclo/literary_warrant. Acesso em: 24 mar. 2026.

BEGHTOL, Clare. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002. Disponível em: Acesso em: https://www.emerald.com/jd/article/58/5/507/203595/A-proposed-ethical-warrant-for-global-knowledge. Acesso em: 24 mar. 2026.

CARNEIRO, Marília Vidigal. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 1985. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36523. Acesso em: 13 maio 2026.

CUNHA, Murilo Bastos da; SANTOS, Gildenir Carolino. **Dicionário histórico da Biblioteconomia**. Campinas: UNICAMP/BCCL, 2025.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A política de indexação para representação e recuperação da informação. *In*: LEIVA, Isidoro Gil; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 17-31.

GUEDES, Roger de Miranda; MOURA, Maria Aparecida. O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 9, n. 2, 2016. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/393. Acesso em: 24 mar. 2026.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MILANI, Suellen Oliveira; EVANGELISTA, Isadora Victorino. Valores éticos na organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, edição especial, v. 20, p. 19–32, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2015v20nesp1p19. Acesso em: 27 abr. 2026.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 19-39, 2007. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1753. Acesso em: 27 abr. 2026.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Tradução Antonio Agenor Briquet de Lemos. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEIVA, Isidoro Gil. Aspectos conceituais da indexação. In: LEIVA, Isidoro Gil; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 31-106.

MILANI, Suellen Oliveira. **Bias na representação de assunto: uma discussão de oposições binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)**. 2014. 134 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/110388. Acesso em: 28 abr. 2026

MOURA, Maria Aparecida. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 118-135, novembro 2018. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4472. Acesso em: 24 mar. 2026.

NARUKAWA, Crisitna Miyuki; SALES, Rodrigo. A relevância e influência de linguagens documentárias na política de tratamento da informação. *In*: LEIVA, Isidoro Gil; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 153-170.

RUBI, Milena Polsinelli. Política de indexação. *In*: LEIVA, Isidoro Gil; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. cap. 3, p. 107-120.

Apêndice A – Matriz analítica segundo o modelo tridimensional de Fairclough (2016)

Quadro 2 – Análise das políticas de indexação

DIMENSÃO	ANÁLISE
TEXTUAL	Na dimensão textual, observa-se que os documentos analisados mobilizam um vocabulário fortemente associado à racionalidade técnico-normativa da organização do conhecimento. Termos como padronização, descritores controlados, vocabulário controlado, conteúdo documental, autoridade, imparcialidade, fidelidade, coerência, consistência, exaustividade, especificidade, usuário, comunidade, entre outros termos característicos aparecem de modo recorrente nos textos analisados, indicando a centralidade conferida à uniformização das práticas de indexação. **Garantia literária**: constitui o princípio mais evidente nesses documentos. A expressão é mobilizada explicitamente nos documentos do SB-UFC, BU-UNESP e SB-UFG. Nas políticas do SB-UFAM e do SIBI-UFPR, embora a expressão não seja utilizada, o princípio aparece de modo implícito, tendo em vista que a indexação é orientada pela identificação de conceitos a partir do conteúdo dos documentos. **Garantia cultural e ética**: não aparecem como categorias expressamente nomeadas e conceitualmente desenvolvidas. Ainda assim, há elementos textuais que permitem identificar aproximações parciais com esses princípios. No documento SB-UFAM, as garantias cultural e ética podem ser inferidas de forma limitada pela atenção ao contexto regional e pelo critério de "imparcialidade", especialmente na orientação para que os assuntos sejam tratados "sem preconceitos e sem emitir juízo de valor". Entretanto, esse critério não se desdobra em diretrizes voltada ao enfrentamento de vieses, estigmas ou assimetrias representacionais. No documento SB-UFC, elementos como "inclusão social", "ética profissional", "gestão democrática", "transparência", "imparcialidade" "respeito à diversidade", "contexto de uso do assunto" e "responsabilidade socioinformacional" aproximam-se das garantias ética e cultural, mas permanecem como princípios institucionais gerais e não são desenvolvidos como critérios específicos de representação temática. No SB-UFG, elementos como "peculiaridades" das bibliotecas, "estudos de usuários", "contexto de uso", "transparência" e "julgamento" indicam o reconhecimento de que a indexação envolve decisões, mas sem desenvolvimento conceitual relacionado à prevenção vieses, estigmas ou assimetrias representacionais. No documento BU-UNESP, as "demandas dos usuários", a "garantia de uso", "capacitação continuada" e "atualização da linguagem UNESP" indicam preocupação com a adequação da linguagem, mas não há critérios para prevenção vieses, estigmas ou assimetrias representacionais. No SIBI-UFPR, a contextualização das bibliotecas, "competência dos bibliotecários indexador", e dos princípios de "imparcialidade" e "coerência" também sugerem aproximações parciais, mas sem desenvolvimento conceitual

	voltado para o enfrentamento de vieses, estigmas ou assimetrias representacionais.
DIMENSÃO	**ANÁLISE**
PRÁTICA DISCUSIVA	**SB-UFAM (2017)** Documento produzido no âmbito institucional do SB-UFAM. Trata-se de uma política, mas contém alguns elementos operacionais próprios de um manual de procedimentos. Seu objetivo é servir como instrumento de padronização para os bibliotecários indexadores. A prática é centralizada na autoridade institucional e na normatização dos procedimentos. Sua fundamentação apoia-se em autores consolidados da indexação (Carneiro, Fujita, Lancaster), bem como em instrumentos normativos (LCSH, BN, FGV), evidenciando forte intertextualidade/interdiscursividade técnico-normativa. **SB-UFC (2016)** Documento produzido no âmbito da Comissão de Catalogação do SB-UFC. Embora se apresente como política, possui caráter híbrido, pois articula diretrizes com orientações próprias de manual de procedimento. Seu objetivo é nortear os processos de catalogação e indexação realizados pelos bibliotecários do sistema. A prática é centralizada na autoridade institucional e na normatização dos procedimentos. Sua fundamentação apoia-se em autores clássicos e contemporâneos (Barité, Carneiro, Fujita, Lancaster, etc.), bem como em instrumentos normativos (LCSH, BN, DeCS), evidenciando forte intertextualidade/interdiscursividade técnico-normativa. **SB-UFG (2018)** Documento produzido no âmbito do SIBI-UFG e aprovado pelo Conselho Técnico do SIBI-UFG. Trata-se de uma política de caráter híbrido, pois articula diretrizes com orientações próprias de manual de procedimento. Seu objetivo é nortear o processo de indexação realizado pelos bibliotecários catalogadores. A prática é centralizada na autoridade institucional e na normatização dos procedimentos. Sua fundamentação apoia-se em autores clássicos e contemporâneos (Carneiro, Fujita, Lancaster, etc.), bem como em instrumentos normativos (LCSH, BN, etc.), evidenciando forte intertextualidade/interdiscursividade técnico-normativa. **BU-UNESP (2014)** Documento produzido por um grupo de trabalho no âmbito da Rede de Bibliotecas da UNESP. Trata-se de uma política de caráter híbrido, pois articula diretrizes com orientações próprias de manual de procedimento. Seu objetivo é nortear o processo de indexação realizado pelos bibliotecários catalogadores. A prática é centralizada na autoridade institucional, na capacitação profissional e na normatização e padronização dos procedimentos. Sua fundamentação apoia-se em autores clássicos e contemporâneos (Carneiro, Chaumier, Fujita, Lancaster, etc.), bem como em instrumentos normativos (LCSH, BN, Bibliodata, etc.), evidenciando forte intertextualidade/interdiscursividade técnico-normativa. **SIBI-UFPR (2025)** Documento produzido no âmbito do Sistema de Bibliotecas da UFPR. Trata-se de uma política propriamente dita, pois busca estabelecer diretrizes para a tomada de decisões. Seu objetivo é padronizar o processo de indexação realizado pelos bibliotecários indexadores. Informa que os procedimentos serão tratados em manual específico. A prática discursiva está centrada na autoridade institucional

	e na definição e normatização de procedimentos. Sua fundamentação apoia-se em autores clássicos e contemporâneos (Fujita, Lancaster, Rubi, etc.), bem como em instrumentos normativos (LCSH, BN, DeCS, etc.) evidenciando forte intertextualidade/interdiscursividade técnico-normativa
DIMENSÃO	**ANÁLISE**
PRÁTICA SOCIAL	As políticas reproduzem, de modo geral, uma concepção hegemônica da organização do conhecimento como atividade técnica, imparcial, padronizada e orientada à eficiência dos sistemas de recuperação da informação. A ideologia predominante nos documentos é a da neutralidade técnica, fundamentada em aspectos técnicos e operacionais da representação. A indexação é apresentada como prática orientada por critérios objetivos de representação, como se a seleção e tradução de conceitos pudesse ser realizada de forma imparcial e desprovida de implicações socais, culturais e políticas. Contudo, alguns documentos tensionam essa concepção. A política do SB-UFC, por exemplo, tensiona parcialmente essa neutralidade ao reconhecer a inter-relação de linguagens envolvidas no processo da indexação. Do mesmo modo, o documento do SB-UFG tensiona parcialmente essa perspectiva ao reconhece que a indexação envolve julgamento. Do ponto de vista hegemônico, as políticas reforçam a centralidade da garantia literária, da autoridade institucional e da autoridade terminológica conferida a fontes consagradas, como Biblioteca Nacional (BN) e Library of Congress (LCSH). Essa centralidade contribui para estabilizar a representação temática em torno de fontes reconhecidas como legítimas, mas também limita a abertura para outras instâncias de validação terminológica. Embora os documentos apresentem elementos que podem ser associados à garantia ética e cultural, essas garantias não nomeadas e nem desenvolvidas como princípios. A política da SB-UFAM menciona aspectos relacionados à regionalidade e à imparcialidade; a do SB-UFC mobiliza valores como inclusão social, valorização do ser humano e responsabilidade socio informacional; a do SB-UFG reconhece as particularidades das bibliotecas e dos usuários; a da BU-UNESP considera demandas dos usuários e necessidades de atualização; e a do SIBI-UFPR contempla particularidades das bibliotecas, áreas do conhecimento, comunidade de usuários e busca da imparcialidade. Apesar dessas ocorrências, nenhum documento incorpora as garantias ética e cultural como princípios críticos de construção, revisão e atualização terminológica

Fonte: elaboração própria (2026)